

# Permanece impasse na votação do anteprojeto de Cabral

Janio de Freitas

## As duas prioridades

Todos os meios disponíveis pelo presidente Sarney, nos quadros partidários ou nos recursos de governo, estão acionados para evitar que a convenção do PMDB, no final-da-semana entrante, defina-se pelo mandato de quatro anos. Os convencionais peemedebistas estão sob o assédio de governadores, ministros e parlamentares (não só do PMDB) munidos de argumentos que, se despojados das lantejoulas fantasiosas, não deixam como saldo mais do que conveniências malandras, ambições inconscientes e mediocridade intelectual e sobretudo moral.

A 8ª economia do mundo, o 58º padrão salarial do mundo, a potência do futuro e 140 milhões de pessoas ansiosas por governo e democracia estão há dois anos metidos em uma balbúrdia que, crescendo a cada dia, de sua origem política e institucional extravasou em degenerescência de tudo, material ou moral, que compõe a vida do país. Só porque a classe política não consegue desencilhar-se desta questão mentecapta, que consiste em saber se o mais inepto governo civil brasileiro deve ir um pouco mais ou um pouco menos adiante no tempo — e na inépcia.

Apesar disso, agora difunde-se no PMDB a tese criada pelo governador Miguel Arraes, para que a convenção peemedebista favoreça o mandato de cinco anos autoconcedido pelo presidente Sarney ou, dito de outro modo, proteja a sucessão até a época mais conveniente aos governadores-candidatos. Eis a tese: "A convenção deve ocupar-se das questões substanciais, o mandato não é prioritário". Mas não é prioritário para quem? Para Sarney é. Tanto que passou dois anos cobrando ao PMDB a definição; nenhum assunto lhe mereceu mais

dedicação do que o mandato, ao qual condicionou o trato, e ainda mais o destrato, dos problemas nacionais; e agora mesmo vale-se, mais do que nunca, das verbas e cargos públicos para ampliar as bases de apoio aos cinco anos.

Para o PMDB, o mandato não se tem mostrado menos prioritário. Não foi outra a razão que imobilizou o partido; tornou-se o primeiro e até hoje insuperado divisor dos peemedebistas, que já o projetam como condicionante do tema, tão superior, do próprio regime de governo e, por fim, inviabiliza a discussão dos tais temas substanciais.

Reunidos a meio da semana na casa do seu patrono, Ulysses Guimarães, os ministros do PMDB concluíram que o partido, ou concede os cinco anos a Sarney, ou instala o confronto com o presidente e racha por isto. Suspeitos embora, porque naquele conjunto o apego aos cargos é maior do que qualquer outra coisa, ou que os ministros peemedebistas e Ulysses concluíram é que a questão do mandato tem tal relevância no PMDB, que o novo "maior partido do Ocidente" não tem mais autonomia democrática diante de um presidente civil do que tiveram a Arena e o PDS diante de um general-presidente.

O nível da classe política, à qual os destinos do país estão entregues, está todo exposto na dramaturgia chinfrim do ser ou não ser de quatro ou de cinco anos o mandato do atual presidente. Que só não é questão prioritária para o país. Este, não há dúvida, preferiria que a classe política, e em especial a maioria nela formada pelo PMDB, cuidasse de se dar ao mínimo de respeito. E com isso deixasse de fazer das instituições o alvo de sentimentos subalternos.

Da Sucursal de Brasília

Depois de uma reunião de quase três horas, o PTB e parte dos parlamentares do PFL e PDS que integram a Comissão de Sistematização não assinaram o acordo, proposto pelos principais partidos no Congresso constituinte, para agilizar a votação do anteprojeto do relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de centro (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"). Ontem, a partir das 16h, os 93 integrantes da comissão começaram a votar o anteprojeto, não dispensando as longas discussões sobre as emendas rejeitadas.



"É impossível não pedirmos destaque de algumas emendas", disse o deputado Gastone Righi (PTB-SP), centro-direita. Contra a votação do anteprojeto de Cabral incorporado de 350 emendas que alteram apenas a redação do texto, Righi quer discutir as emendas rejeitadas pela comissão. Pelo acordo tentado, todas as 5.607 emendas encaminhadas (tanto de adequação quanto de mérito) seriam enviadas ao plenário do Congresso constituinte para discussão e votação.

"A medida em que há pedido de destaques (quando o parlamentar pede a discussão de uma emenda rejeitada), o acordo não existe", disse o deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), centro-esquerda. Mesmo assim, os líderes dos principais partidos vão tentar limitar a discussão no plenário do Congresso constituinte. "A nossa bancada apresenta-



Bernardo Cabral (à esq.) conversa com Afonso Arinos durante a reunião da Sistematização; à direita, Mário Covas

rá apenas seis destaques", disse Righi.

A discussão pode se estender até a noite de segunda-feira, caso obedeça o calendário da Comissão de Sistematização. Apenas na próxima quarta-feira, o anteprojeto vai para o plenário do Congresso constituinte.

Com a intransigência do PTB, de parte do PFL, liderada pela deputada Sandra Cavalcanti (RJ), e parlamentares do PDS, outros constituintes também pensavam em discutir alguns pontos do anteprojeto de Cabral. O líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), esquerda, queria discu-

tir a proposta de unicidade sindical e do sistema de voto misto.

### "Fraude"

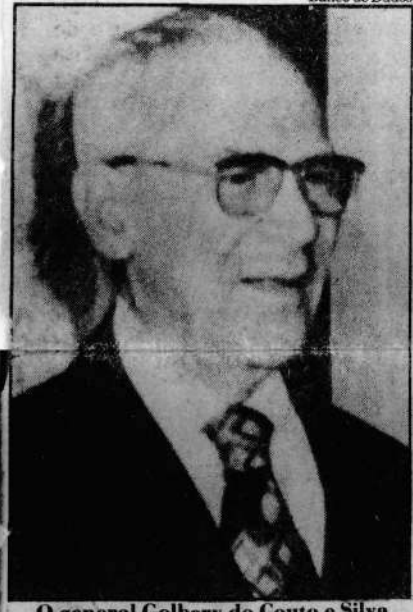
Os líderes presentes na votação — só Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, estava ausente — divulgaram uma nota oficial, negando notícia publicada na edição de ontem do jornal "O Globo", que apontava a ocorrência de "fraude" no processo de seleção das emendas incorporadas ao anteprojeto de Cabral. A deputada Sandra Cavalcanti, citada na matéria como autora das afirmações, negou a notícia aos

líderes e assinou a nota. Os líderes também sugeriram que o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, requisite horário na TV para esclarecer a "opinião pública".

"Em face das amplas explicações oferecidas pela deputada Sandra Cavalcanti, negando a autoria das declarações estampadas na imprensa, (os líderes resolveram) prestar integral solidariedade ao relator e sua assessoria e repelir, como inverídicas e aleivosas, as referências feitas ao seu trabalho na forma divulgada", diz a nota divulgada.

## General Golbery tem tumor e seu estado de saúde é grave

Banco de Dados



O general Golbery do Couto e Silva

Da Reportagem Local

É grave o estado de saúde do general Golbery do Couto e Silva, 76, internado desde quarta-feira no hospital Sírio-Libanês, zona central de São Paulo. Segundo apurou a Folha, ele tem tumores no pulmão e no peritônio e metástase (foco secundário que aparece com a evolução de um tumor maligno) no fígado. Golbery foi ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República nos governos Ernesto Geisel (1974-79) e João Baptista Figueiredo (1979-1981).

Na quinta-feira, o médico Emilio Mattar afirmou que o general está com "hemorragia digestiva baixa", cuja causa ainda não poderia ser investigada porque o paciente não se encontra em condições físicas para submeter-se a exames. Na sexta-feira, apresentou o quadro clínico de Golbery como "estável, com evolução favorável até o momento".



No aeroporto de Congonhas (SP), Figueiredo (ao centro), da Dulce e Gazale

## Figueiredo compara relatório com programa humorístico

Da Reportagem Local

O ex-presidente João Baptista Figueiredo, 69, desembarcou às 12h15 de ontem no aeroporto de Congonhas, zona sul de São Paulo, e disse que na noite de sexta-feira começou a ler o anteprojeto de Constituição preparado pela Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. "Como programa humorístico é muito bom", afirmou o ex-presidente sobre o documento. Figueiredo veio a São Paulo para submeter-se a exames de rotina no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas e deverá permanecer na cidade até quinta-feira, hospedado na casa de seu amigo Georges Gazale.

Além do empresário Gazale, integrava o pequeno grupo reunido para receber Figueiredo em Congonhas o deputado estadual Erasmo Dias (PDS-SP). Ao chegar, o ex-presidente foi trazido do avião à sala VIP da ponte aérea. Estavam com ele sua mulher, Dulce, e Said Farhat, que ocupou o cargo de ministro de Comunicação Social em seu governo.

Percebendo a presença do fotógrafo, Dulce se aproximou do marido. "Quero aparecer com você", disse a ele sorridente. Quando saiu da sala VIP, Figueiredo avisou que não pretendia dar entrevistas porque

estava "com pressa e com fome". Ainda assim, respondeu com frases curtas as perguntas que lhe foram feitas no caminho até os dois carros que levaram o grupo para a casa de Georges Gazale.

### "Povo desesperado"

O ex-presidente atribuiu os recentes saques a supermercados "à fome, ao desespero do povo". Ele disse que não considera os saques justificáveis, "mas o povo desesperado faz qualquer coisa". Figueiredo não quis comentar as declarações de Leonel Brizola, que disse ter sido sua atuação na Presidência da República melhor que a de José Sarney. "Quem disse isso foi ele, pergunte a ele por que", afirmou.

Figueiredo também não quis dar sua opinião sobre a tentativa de agressão ao presidente Sarney ocorrida no Rio de Janeiro há pouco mais de duas semanas. "Sem comentários", disse ele.

### Golbery

Figueiredo afirmou ainda que não pretende visitar o general da reserva Golbery do Couto e Silva, que foi ministro-chefe do Gabinete Civil de seu governo e se encontra internado em estado grave no hospital Sírio-Libanês.

## Letras Jurídicas

### Por uma ordem jurídica justa

WALTER CENEVIVA  
Da equipe de articulistas da Folha

Volto ao assunto da obrigação do Estado de prestar a Justiça (com "J" maiúsculo) a todos os cidadãos, em vez de os enganar com um simulacro de justiça, que exclui da apreciação judicial questões de interesse da maior parte da população.

Volto porque, tendo escrito a coluna anterior, desenvolvi novas preocupações sobre o assunto, as quais quero dividir com o leitor. Tenho usado expressões como "operação da máquina judiciária", "operários do direito", "receita e despesa do processo", "entrega da justiça aos seus consumidores". Com elas sempre pretendi observar o funcionamento estatal a contar da sociedade, do ponto de vista do povo, que consome essa complicada mercadoria chamada Justiça. A atitude é deliberada, porque oposta ao que se tornou mais comum entre nós. Geralmente se vê a Justiça, no Brasil, a contar da funcionalidade do Judiciário, com magistrados, promotores, advogados. Prefiro vê-la a partir da comunidade, como receptora-transmissora das causas e efeitos que repercutem na máquina estatal, encarregada teórica de garantir a cada um o que é seu.

Esse ângulo também foi adotado por Kazuo Watanabe, ao dizer que se deve pensar na ordem jurídica pela perspectiva do povo, enquanto destinatário das leis. E, mais, que não se pode esquecer o quanto o direito vem sendo utilizado "como instrumento de governo". Isso é evidente em nosso país. Aqui o poder (ditatorial ou democrático) mantém a permanente atitude de brandir a lei existente ou de fabricar novas leis na estrita medida de seus interesses mais imediatos. Em matéria legal o Brasil é a casa de mãe Joana: quem pode mais, faz.

Watanabe tem observação que me havia passado despercebida e para a qual o leitor deve atentar: o grande gerador de conflitos judiciais é o Estado. Conflitos que, de tão extensos e numerosos, "põem à mostra a constrangedora impotência do Judiciário". Trata-se de um paradoxo: o maior litigante judicial deste país — quem mais processa e é processado — é o governo do Brasil, em seus diversos níveis (União, Estados, municípios), o que deve constituir uma vergonha nacional. Claro: se o poder público está presente na maior porcentagem das ações, como autor ou

réu segundo Watanabe, é porque suas pretensões resistem ou são resistidas por grande parte das pessoas, que as consideram ilegais. A vergonha está em que o maior discutidor de ilegalidade é aquele que, supostamente, está revestido da dignidade de garantidor da mesma legalidade.

A situação retratada tem um subproduto: quando o governo usa o Direito para realização dos fins que proclama (supostamente compatíveis com o interesse geral) ele o faz sob uma ética técnica, que é a ética das finalidades, ou seja, uma antiética em si mesma que despreza os meios. Incentiva as batalhas judiciais, acessíveis apenas a uma minoria privilegiada, informada e possuidora de meios suficientes para enfrentar as dificuldades de qualquer processo. Como sabem que a maior parte das pessoas prefere não discutir, por não poderem ou não quererem discutir, ainda que carregadas de razão, os governos vão em frente. A ética e o justo que se danem...